

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3295/2019-PGJ, DE 9.9.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 10 (dez) dias de férias compensatórias, sendo 9 (nove) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1993 e 1 (um) dia referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1999, a serem usufruídos nos períodos de 14 a 18.10.2019 e 28.10 a 1º.11.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013; e tornar sem efeito a Portaria nº 2264/2019-PGJ, de 28.6.2019, que lhe concedeu 11 (onze) dias de férias compensatórias, que seriam usufruídas no período de 30.9 a 10.10.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3310/2019-PGJ, DE 9.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2685/2019-PGJ, de 26.7.2019, que concedeu à Promotora de Justiça Juliana Nonato compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PERÍODO DE PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Juliana Nonato	10.2, 23 e 24.3 e 18.4.2019	7, 8, 9 e 10.10.2019

Passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PERÍODO DE PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Juliana Nonato	10.2, 23 e 24.3.2019	7, 8 e 9.10.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3311/2019-PGJ, DE 9.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PLANTÃO	DIAS DE GOZO
4 e 17.2.2018	14 e 15.10.2019
18.2, 24 e 25.3, 21 e 22.4.2018	9 a 13.12.2019
31.5, 1º e 2.6.2018	17 a 19.12.2019

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3312/2019-PGJ, DE 9.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jorge Ferreira Neto Júnior 1 (um) dia de compensação por ter coadjuvado perante a 11ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, no dia 28.10.2018, a ser usufruído no dia 16.12.2019, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3314/2019-PGJ, DE 9.9.2019

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2055/2019-PGJ, de 11.6.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao segundo semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
9 (18h01min) a 16.9.2019 (7h59min)	Clovis Amauri Smaniotto
14 (18h01min) a 21.10.2019 (7h59min)	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
9 (18h01min) a 16.9.2019 (7h59min)	Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues
14 (18h01min) a 21.10.2019 (7h59min)	Clovis Amauri Smaniotto

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3329/2019-PGJ, DE 10.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Camapuã, Lindomar Tiago Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano; e revogar a Portaria nº 2265/2018-PGJ, de 4.7.2018, na parte que designou o Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira (Processo PGJ/10/1772/2015).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3330/2019-PGJ, DE 10.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Cassilândia, Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano; e revogar a Portaria nº 3956/2017-PGJ, de 17.11.2017, que designou o Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães (Processo PGJ/10/1772/2015).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3331/2019-PGJ, DE 10.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar juntamente ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, GACEP, na realização das visitas previstas no artigo 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007 e artigo 17, § 1º, da Resolução nº 0002/2015-CPJ, de 19.3.2015, na referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano (Processo PGJ/10/1772/2015).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3354/2019-PGJ, DE 10.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nº 2019NE000175, 2019NE000176 e 2019NE000177, decorrentes do Pregão Presencial nº 18/PGJ/2019, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Requisitante – Marcelo Mendes do Amaral, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo; 3) Fiscal Técnico - Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 3.1) Suplente - Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia da Secretaria de Tecnologia da Informação (Processo PGJ/10/1399/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3355/2019-PGJ, DE 10.9.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nº 2019NE000178, 2019NE000179 e 2019NE000180, decorrentes do Pregão Presencial nº 18/PGJ/2019, conforme segue: 1) Gestora - Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente - Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2) Fiscal Requisitante – Marcelo Mendes do Amaral, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo; 3) Fiscal Técnico - Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 3.1) Suplente - Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia da Secretaria de Tecnologia da Informação (Processo PGJ/10/1399/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 3284/2019-PGJ, DE 6.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 3.9.2019, as férias da servidora Natalia Arima Xavier Castro, concedidas por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 9.10.2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3327/2019-PGJ, DE 10.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aarão Pedro Pires de Medeiros Junior	2016/2017	14.10 a 2.11.2019			4 a 13.10.2019
Anelise Nakasone Arakaki	2017/2018	14 a 23.10.2019	18 a 27.11.2019	10 a 19.12.2019	
Arnaldo Benicio da Silva	2017/2018	1º a 20.10.2019			21 a 30.10.2019
Carla Janaina Barbosa	2018/2019	4 a 13.11.2019	7 a 16.1.2020		14 a 23.10.2019
Carla Maria Bagordakis	2017/2018	14 a 23.10.2019	8 a 17.7.2020		1º a 10.10.2019
Carlos Henrique Saldanha Guasso	2016/2017	20.9 a 9.10.2019			2 a 11.12.2019
Caroline Pires Aquino	2017/2018	14.10 a 2.11.2019			2 a 11.12.2019
Claodemir Pedro Todescato Junior	2018/2019	2 a 21.9.2019			24.9 a 3.10.2019
Daniel Cesario Lima da Silva	2018/2019	14 a 23.10.2019	7 a 16.1.2020		2 a 11.9.2019
Daniel Francisco Mercado Dantas	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	27.2 a 7.3.2020		4 a 13.11.2019
Eliane de Azevedo Duarte	2018/2019	7 a 16.1.2020	8 a 17.4.2020		1º a 10.10.2019
Emiliane Ferreira de Amorim	2016/2017	21.10 a 19.11.2019			
Frederick Werner Castellani Viacek	2016/2017	10 a 19.12.2019	27.2 a 7.3.2020		1º a 10.10.2019
Gina de Rezende Matias	2018/2019	29.10 a 17.11.2019	30.3 a 8.4.2020		
Giovane Soares de Lima	2018/2019	7 a 26.1.2020			22 a 31.10.2019
Gissela Mie Kobayashi Trachta	2017/2018	18 a 27.9.2019	9 a 18.6.2020		7 a 16.1.2020
Hewerthon da Silva Lipú	2017/2018	10 a 19.2.2020	6 a 15.7.2020		1º a 10.10.2019
Janayna Grincevicus Vareiro	2018/2019	13 a 22.4.2020	17 a 26.8.2020		15 a 24.10.2019
Jaqueline Berceli Barca Cursino	2018/2019	21 a 30.8.2019	4 a 23.5.2020		
Jeferson Willian Turchiello	2017/2018	14.10 a 2.11.2019	25.11 a 4.12.2019		
Joel Cesar Bortolan de Emilio	2018/2019	14 a 23.10.2019	7 a 16.1.2020		1º a 10.10.2019
Jorge Antonio Arantes Vilela	2017/2018	5 a 14.2.2020	15 a 24.6.2020		9 a 18.10.2019
José Pereira de Viveiros Filho	2018/2019	1º a 10.10.2019	6 a 15.7.2020		14 a 23.10.2019
Kerman Mendes Pereira	2017/2018	15.10 a 13.11.2019			
Laiana Sant'Ana Ribeiro	2018/2019	6 a 15.11.2019	10 a 19.8.2020		16 a 25.9.2019
Lucas Moraes Coelho	2017/2018	9 a 28.10.2019			29.10 a 7.11.2019
Luciane Freitas de Lima	2018/2019	14 a 23.10.2019	7 a 26.1.2020		

Lucival Rodrigues de Oliveira Junior	2017/2018	14.10 a 2.11.2019			4 a 13.11.2019
Marcos Antonio David dos Santos	2017/2018	1º a 10.10.2019			7 a 16.1.2020
Marielle Rosa dos Santos	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	5 a 14.11.2019		14 a 23.10.2019
Otávio Laurindo da Silva Neto	2016/2017	14.10 a 2.11.2019			4 a 13.11.2019
Paula Cristina Andrade Galvão	2018/2019	14 a 23.10.2019	18 a 27.11.2019		9 a 18.9.2019
Paulo Matias Guimarães	2018/2019	18 a 27.11.2019	9 a 18.12.2019		15 a 24.10.2019
Paulo Henrique Gonçalves Rezende	2018/2019	21.10 a 9.11.2019			10 a 19.11.2019
Priscilla Rodrigues de Paula Santos	2018/2019	14 a 23.10.2019	15 a 24.6.2020		29.10 a 7.11.2019
Rafael Cezar Cavaretto	2016/2017	7.10 a 5.11.2019			
Raíssa Bernardino Campos	2018/2019	14 a 23.10.2019	4 a 13.5.2020		2 a 11.12.2019
Ramão Waldir Ortiz	2017/2018	14.10 a 12.11.2019			
Ricardo Fagundes Borges Barreto de Almeida	2017/2018	14.10 a 2.11.2019			3 a 12.11.2019
Suellen Cristina Nazaré da Silva	2017/2018	14 a 23.10.2019	20 a 29.1.2020		30.1 a 8.2.2020
Tayse Bielecki Yamanaka	2017/2018	4 a 13.11.2019	15 a 24.6.2020		7 a 16.10.2019
Thiago André Silva Gonçalves	2017/2018	20.9 a 9.10.2019	7 a 16.1.2020		
Tonya Roberta Pettengill Novaes	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	12 a 21.2.2020		14 a 23.10.2019
Wellington Gradella Marthos	2018/2019	25.11 a 4.12.2019	4 a 13.5.2020		25.9 a 4.10.2019
Willian Natan Vanderlei Passarini	2018/2019	16 a 25.10.2019	1º a 10.6.2020		3 a 12.12.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3262/2019-PGJ, DE 5.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	1º a 10.10.2019		20 a 29.11.2017

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	23.9 a 2.10.2019		3 a 12.9.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2016/2017	7 a 16.1.2019	1º a 10.10.2019		17 a 26.1.2019
Leticia Sousa Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Pierre Karlos Brito Kitizo	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	1º a 10.10.2019		21 a 30.1.2019
Rosângela Bonacina Milgarefe	2017/2018	21 a 30.3.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Silas Eduardo Furini	2015/2016	7 a 16.1.2019	10 a 19.6.2019	11 a 20.9.2019	

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paola Reginato Pereira	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	1º a 10.10.2019		11 a 20.3.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aliandra Decó Stevanato Rocha	2016/2017	8 a 17.4.2019	1º a 10.10.2019		29.3 a 7.4.2019
Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta	2016/2017	7 a 16.3.2019	1º a 10.10.2019		18 a 27.3.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Laura Gil Fonseca	2017/2018	24.4 a 3.5.2019	1º a 10.10.2019	4 a 13.11.2019	
Bruna Camargo da Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	2 a 11.12.2019		13 a 22.5.2019
Felipe Augusto da Cruz	2017/2018	3 a 12.4.2019	24.6 a 3.7.2018	1º a 10.10.2019	

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa Cardoso Gai	2016/2017	3 a 12.6.2019	15 a 25.10.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alyne Chaves Cruz	2018/2019	10 a 19.6.2019	9 a 18.9.2019		22 a 31.5.2019
Carlos Cesar Bontempo Ferraz	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	7 a 16.1.2020		12 a 21.6.2019
Cynthia Maria Souza da Silveira	2017/2018	22 a 31.7.2019	1º a 10.10.2019		27.5 a 5.6.2019
Juliana Dutra	2016/2017	10 a 19.6.2019	1º a 10.10.2019	18 a 27.11.2019	
Luana Nunes da Costa	2016/2017	15 a 24.7.2019	5 a 14.11.2019		3 a 12.6.2019
Milena Paula Rubio	2016/2017	13 a 22.5.2019	14 a 23.8.2019	9 a 18.9.2019	
Roberson Rosalin de Freitas	2017/2018	24.6 a 13.7.2019	2 a 11.12.2019		

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2018/2019	7 a 16.1.2020	15 a 24.6.2020		18 a 27.8.2019
Frederico Correa Pereira da Silva	2018/2019	5 a 14.8.2019	1º a 10.10.2019	3 a 12.2.2020	

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Alves	2018/2019	23.9 a 12.10.2019	10 a 19.12.2019		

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3496/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Beatriz dos Reis Medina	2016/2017	15 a 24.10.2018	30.9 a 9.10.2019		20 a 29.11.2017

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	21 a 30.10.2019		3 a 12.9.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Aparecida Cazeiro	2016/2017	7 a 16.1.2019	30.9 a 9.10.2019		17 a 26.1.2019
Letícia Sousa Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	30.9 a 9.10.2019		7 a 16.1.2019
Pierre Karlos Brito Kitizo	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	30.9 a 9.10.2019		21 a 30.1.2019
Rosângela Bonacina Milgarefe	2017/2018	21 a 30.3.2019	30.9 a 9.10.2019		7 a 16.1.2019
Silas Eduardo Furini	2015/2016	7 a 16.1.2019	10 a 19.6.2019	25.11 a 4.12.2019	

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Paola Reginato Pereira	2018/2019	20.2 a 1º.3.2019	30.9 a 9.10.2019		11 a 20.3.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aliandra Decó Stevanato Rocha	2016/2017	8 a 17.4.2019	30.9 a 9.10.2019		29.3 a 7.4.2019
Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta	2016/2017	7 a 16.3.2019	30.9 a 9.10.2019		18 a 27.3.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Laura Gil Fonseca	2017/2018	24.4 a 3.5.2019	30.9 a 9.10.2019	20 a 29.11.2019	
Bruna Camargo da Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	2 a 11.3.2020		23.5 a 1º.6.2019
Felipe Augusto da Cruz	2017/2018	3 a 12.4.2019	24.6 a 3.7.2018	30.9 a 9.10.2019	

PORTARIA Nº 1307/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Vanessa Cardoso Gai	2016/2017	3 a 12.6.2019	23.10 a 1º.11.2019		6 a 15.5.2019

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alyne Chaves Cruz	2018/2019	10 a 19.6.2019	2 a 11.9.2019		22 a 31.5.2019
Carlos Cesar Bontempo Ferraz	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	21 a 30.10.2019		12 a 21.6.2019
Cynthia Maria Souza da Silveira	2017/2018	22 a 31.7.2019	14 a 23.10.2019		27.5 a 5.6.2019
Juliana Dutra	2016/2017	10 a 19.6.2019	30.9 a 9.10.2019	18 a 27.11.2019	
Luana Nunes da Costa	2016/2017	15 a 24.7.2019	22 a 31.1.2020		3 a 12.6.2019
Milena Paula Rubio	2016/2017	13 a 22.5.2019	14 a 23.8.2019	5 a 14.11.2019	
Roberson Rosalin de Freitas	2017/2018	24.6 a 13.7.2019	25.11 a 4.12.2019		

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2018/2019	1º a 10.10.2019	7 a 16.1.2020		18 a 27.8.2019
Frederico Correa Pereira da Silva	2018/2019	5 a 14.8.2019	30.9 a 9.10.2019	3 a 12.2.2020	

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida Alves	2018/2019	20.9 a 9.10.2019	10 a 19.12.2019		

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 3361/2019-PGJ, DE 11.9.2019

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristhiane Bergmaier	2016/2017	25.3 a 3.4.2019	23.9 a 2.10.2019		10 a 19.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Depieri Sgorla	2018/2019	15 a 24.7.2019	1º a 10.10.2019		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lygia Mara Rosa da Silva	2017/2018	7 a 16.3.2019	3 a 12.6.2019	30.9 a 9.10.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lourdes Paim de Moraes	2017/2018	8 a 17.4.2019	23.9 a 12.10.2019		

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Amanda Indarte e Silva Monteiro	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	14 a 23.10.2019		

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Evelyn dos Santos Melo	2018/2019	1º a 10.10.2019	27.2 a 7.3.2020		1º a 10.8.2019
Guilherme de Oliveira Vicente	2017/2018	29.11 a 18.12.2019			9 a 18.9.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristhiane Bergmaier	2016/2017	25.3 a 3.4.2019	14 a 23.10.2019		10 a 19.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Juliana Depieri Sgorla	2018/2019	15 a 24.7.2019	30.3 a 8.4.2020		1º a 10.2.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lygia Mara Rosa da Silva	2017/2018	7 a 16.3.2019	3 a 12.6.2019	14 a 23.10.2019	

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lourdes Paim de Moraes	2017/2018	8 a 17.4.2019	20.9 a 9.10.2019		

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Amanda Indarte e Silva Monteiro	2018/2019	24.6 a 3.7.2019	21 a 30.10.2019		

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Evelyne dos Santos Melo	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	27.2 a 7.3.2020		1º a 10.8.2019
Guilherme de Oliveira Vicente	2017/2018	29.11 a 18.12.2019			2 a 11.9.2019

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 3 DE SETEMBRO DE 2019.****7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000392-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convite nº 005/2011 (Processo

Administrativo nº 009/2011) - promovido pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, eis que, sobretudo com base no Parecer Técnico elaborado pelo DAEX, não foram constatadas irregularidades no procedimento licitatório sob investigação, não remanescendo motivos para a continuidade da intervenção ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000412-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convite nº 017/2010 (Processo

Administrativo nº 032/2010), promovida pela Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - PROFUSÃO APURATÓRIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSEGUIMENTO DO FEITO. Promoção de arquivamento homologada, pois a representação anônima que deu origem ao feito não detém elementos mínimos quanto à autoria e materialidade de prática de improbidade administrativa, evidenciando a falta de justa causa para a manutenção das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002209-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura de Rio Brilhante e FUNCERB

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública em razão de dispensa ilegal de licitação em contratação efetuada pelo Município de Rio Brilhante/MS para realização de show na 6ª Festa da Amizade, cujo evento teve cobrança de ingressos para entrada e questionável interesse público que justificasse a aplicação de verba pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO BRILHANTE - SUPOSTA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RAZÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - NÃO CONSTATAÇÃO - MERA INABILIDADE DO GESTOR PÚBLICO - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO - PROVIDÊNCIA ADEQUADA AO CASO EM APREÇO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, eis que os elementos de informação colhidos nos autos ilidem a suposta prática de ato de improbidade administrativa, mormente ante a não aferição de dolo na conduta do agente público, mas tão somente sua inabilidade.

Ademais, o Órgão de Execução de origem expediu Recomendação ao gestor municipal, tecendo orientações jurídicas acerca do tema, cujos termos foram acatados pela Administração Pública.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001218-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar as medidas adotadas para sanar as irregularidades apontadas no Relatório Parcial da Secretaria Municipal de Saúde de Bela Vista/MS, elaborado pela Secretária Municipal de Saúde - Patrícia Meireles Dagostin Zanette.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – DENÚNCIA DESPROVIDA DE INFORMAÇÕES QUANTO À AUTORIA E MATERIALIDADE - PRÉ-EXISTÊNCIA DE INQUÉRITOS CIVIS QUE ABARCAM OS ASSUNTOS CITADOS NA REPRESENTAÇÃO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS A NORTEAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL PERDA DE OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, pois a denúncia ensejadora do feito não trouxe elementos aptos a nortear a atuação ministerial, eis que desprovida de informações quanto à autoria e materialidade das aventadas inadequações. Ademais, tramitam na Promotoria de Justiça procedimentos investigatórios que abarcam os assuntos narrados na representação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000525-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Marinho de Agropecuária do Pantanal Ltda.

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário da Empresa Marinho de Agropecuária do Pantanal Ltda. EMA., com o fito de fazer cessar o lançamento de efluentes em corpos d'água, regularizar a captação de água do Córrego Piraputangas e compensar o dano ambiental pretérito, bem como reparar o dano moral coletivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MEIO AMBIENTE - SUPOSTO LANÇAMENTO DE EFLUENTES EM DESCONFORMIDADE COM AS NORMAS AMBIENTAIS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES ADEQUAÇÃO JURÍDICA E AMBIENTAL DA ATIVIDADE SOB INVESTIGAÇÃO SOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. Promoção de arquivamento homologada, considerando que, após a intervenção do Órgão de Execução de origem, restou comprovado que a Empresa Marinho Agropecuária do Pantanal promoveu medidas para a adequação jurídico-ambiental de sua atividade econômica, cumprindo as recomendações encartadas aos autos, bem como todas as condicionantes de sua Licença de Operação. Assim, inconteste a atuação ministerial resolutiva, sobretudo ante a solução consensual da problemática evidenciada no feito, consoante orienta o § 3º, do art. 1º, da Resolução 15/2007/PGJ, razão por que não remanescem motivos aptos a atrair a continuidade da intervenção ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001638-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Carlos Cáceres

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Santa Marta de propriedade de Carlos Cáceres, às margens do Rio Apa.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001596-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mitsuyoshi Tsuji

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Água Marinha de propriedade de Mitsuyoshi Tsuji e Outra, as margens do Rio Apa.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00000438-0

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: FUNSAUD - Fundação de Serviços de Saúde de Dourados Assunto: Averiguar a implementação de medidas internas (ponto biométrico e classificação de risco) a serem adotadas para melhora dos serviços prestados pela FUNSAUD nas unidades de saúde que administra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOURADOS - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS SERVIÇOS DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE PONTO BIOMÉTRICO E PROTOCOLO DE ATENDIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS PROPOSTOS NESTE PROCEDIMENTO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. Promoção de arquivamento homologada, considerando que os elementos de informações constantes no feito apontam que os objetivos propostos neste procedimento foram cumpridos a contento pela FUNDSAUD, sobretudo pela implantação de pontos biométricos nas unidades de saúde da urbe, além da adoção de protocolo de acolhimento com classificação de risco nos atendimentos prestados, razão por que não remanescem motivos aptos a ensejar a continuidade da presente investigação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000698-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002767-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000345-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000408-1

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Coronel Sapucaia

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000644-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001777-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000922-8

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002675-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREN SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003064-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edilson Luiz Pereira

Assunto: Apurar possível conduta ímproba perpetrada pelo Vereador e servidor público municipal Edilson Luiz Pereira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAQUIRAÍ/MS - APURAR POSSÍVEL CONDUTA ÍMPROBA PERPETRADA PELO VEREADOR E SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E.L.P - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2019.000002245-7 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2019.000002245-7 fl. 212), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001905-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estabelecimento Comercial denominado Serralheria “Móveis Sem Fim”

Assunto: Apurar supostas irregularidades no funcionamento e perturbação causados pelo estabelecimento denominado “Móveis Sem Fim”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO E PERTURBAÇÃO CAUSADOS PELO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “MÓVEIS SEM FIM” - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - SITUAÇÃO REGULARIZADA - FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO REGULAR - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências promovidas pelo Parquet, verificou-se que a Serralheria “Móveis Sem Fim”, situada na zona urbana, cessou suas atividades em horários irregulares, não havendo mais que se falar em perturbação aos imóveis vizinhos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000888-0

28ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de agressões físicas sofridas por adolescente que cumpre internação provisória, ocorridas no interior da Unidade Educacional de Internação Provisória Masculina Novo Caminho, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS (INFÂNCIA E JUVENTUDE) - APURAR DENÚNCIA DE AGRESSÕES FÍSICAS SOFRIDAS POR ADOLESCENTE QUE CUMPRE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA, OCORRIDAS NO INTERIOR DA UNIDADE EDUCACIONAL DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA MASCULINA “NOVO CAMINHO” - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - COMUNICAÇÕES, INSTRUÍDAS COM ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO ANGARIADOS NESTE FEITO, ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA QUE ATUAM NA ESFERA CRIMINAL E NO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências preliminares que culminaram na confirmação da irregularidade ensejadora deste procedimento (suposta violência perpetrada contra W. S. O. no âmbito da UNEI Novo Caminho), o órgão de execução de origem promoveu medidas aptas a resguardar a integridade física do adolescente, esvaindo-se o objeto deste feito no que atine a sua atribuição. Além disso, analisando os elementos angariados no curso do procedimento, notadamente os fortes indícios de ato de improbidade administrativa, bem como de crime de tortura, o órgão de execução de origem encaminhou expedientes aos membros titulares das Promotorias de Justiça com atribuição para apurar os assuntos, que tomaram as medidas pertinentes, consoante ofícios de fls. 297/299.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002403-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de depósito de lixo às margens do Rio Santana

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARANAÍBA/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE DEPÓSITO DE LIXO ÀS MARGENS DO RIO SANTANA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências promovidas pelo Parquet, verificou-se que o Município de Paranaíba/MS promoveu a limpeza do local, a instalação de placa indicativa de “Proibição de Jogar Lixo”, bem como a disponibilização de caçamba para depósito de resíduos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001183-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidade, consistente em contratação com Posto de Combustível para aquisição do produto pela Câmara Municipal de Coxim, identificando eventuais atos de improbidade administrativa.

Advogados: João Paes Monteiro da Silva - OAB/MS nº 10.849 e Jordelino Garcia de Oliveira – OAB/MS nº 5.971

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COXIM – MS - APURAR EVENTUAL USO INDEVIDO DE COMBUSTÍVEL PÚBLICO DESTINADO À CÂMARA MUNICIPAL DE COXIM, TENDO EM VISTA QUE ESTARIA SENDO USADO PARA FINS PARTICULARES - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada. Denota-se que o procedimento investigatório teve origem a partir de denúncia anônima, dando conta de uso indevido de combustível público destinado à Câmara Municipal de Coxim, tendo em vista que estaria sendo usado para fins particulares dos membros daquela Casa de Leis. Entretanto, consoante informações prestadas pela Câmara Municipal de Coxim, o fornecimento de combustível abrangia abastecimento das motocicletas da referida Casa de Leis, bem como abastecimento dos veículos de vereadores e servidores municipais quando em deslocamento para outras localidades, por se tratar de assuntos de interesse do município. Ademais, sublinhe-se que o abastecimento de veículos de servidores a título de pagamento de indenização aos servidores que utilizaram veículos próprios foi em consonância com o previsto na Lei Municipal nº 1.552/2011. Por fim, diante dos documentos acostados aos autos, nota-se que não restou demonstrado ato ímprobo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001253-3

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Délia Godoy Razuk, Lourdes Peres Benaduce, Denize Portolann de Moura Martins

Assunto: Apurar eventual violação aos princípios da Administração Pública, em decorrência da expedição do Decreto nº 727, de 18 de dezembro de 2017, pelo Executivo Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA EXPEDIÇÃO DO DECRETO Nº 727/2017, PELO EXECUTIVO MUNICIPAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA - REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 727/2017 - CONTRATAÇÕES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada. A análise detida dos autos revela a insubsistência de motivos para a continuidade das investigações, eis que, após diligências promovidas pelo Parquet, verificou-se que o Município de Dourados/MS após a devida revogação do Decreto nº 727/2017, vem ocupando as vagas para profissionais do magistério na rede municipal de ensino em caráter temporário, em consonância com o estabelecido Lei Complementar nº 118/07, ou seja, não se utilizam mais do pretexto de haver necessidade do contratações precárias e urgentes, ocasião em que convocavam candidatos aprovados em processos seletivos simplificados em detrimento daqueles já aprovados em concurso público que estariam aguardando a respectiva nomeação, ou ainda, daqueles que poderiam ocupar as vagas em regime de suplência.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.0000393-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades Tomada de Preços nº 003/2011 (Processo Administrativo nº 081/2011), promovida pela Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - TOMADA DE PREÇOS 03/2011 - PROFUSÃO APURATÓRIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSEGUIMENTO DO FEITO. Promoção de arquivamento homologada, pois a representação anônima que deu origem ao feito não detém elementos mínimos quanto à autoria e materialidade de prática de improbidade administrativa, evidenciando a falta de justa causa para a manutenção das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.0000406-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades Tomada de Preços nº 005/2012 (Processo Administrativo nº 029/2012), promovida pela Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE - PROFUSÃO APURATÓRIA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSEGUIMENTO DO FEITO. Promoção de arquivamento homologada, pois a representação anônima que deu origem ao feito não detém elementos mínimos quanto à autoria e materialidade de prática de improbidade administrativa, evidenciando a falta de justa causa para a manutenção das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2015.00000266-7

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suspensão dos atendimentos feitos pelos profissionais de saúde da Associação Campograndense da Pessoa com Deficiência ACPD na área de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e terapia ocupacional, mediante contrato junto ao Município de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR A SUSPENSÃO DOS ATENDIMENTOS REALIZADO PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO CAMPOGRANDENSE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (A.C.P.D), COTOLENGO, COLIBRI E ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL NOVO HORIZONTE NA ÁREA DE FONOAUDIOLOGIA, FISIOTERAPIA, PSICOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - SITUAÇÃO REGULARIZADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A análise dos autos revela que as diligências empreendidas foram suficientes para regularizar a situação inicialmente narrada, uma vez que os alunos da rede municipal de ensino estão recebendo atendimento multidisciplinar, por intermédio da inserção no Sistema de Regulação junto às entidades conveniadas da SESA, sendo elas, a CER/APAE, Pestalozzi e Cotelengo. Sublinhe-se que a Associação Campograndense da Pessoa com Deficiência informou não ter mais interesse em prosseguir com a tentativa de parceria, tendo em vista que a demanda já se encontra suprida (fl. 510), bem como que a Escola Especial Colibri informou que em razão da necessidade de credenciamento ao SUS para firmar convênio com a SESA, estaria impossibilitada de firmar tal parceria (fl. 511).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.0000494-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual responsabilidade do ex-gestor de Selvíria, Sr. Jaime Soares Ferreira e, se for o caso, de outros agentes e servidores públicos, pela não disponibilização dos recursos dos Convênios 24.408/15 e 25.632/16 firmados com a Secretaria de Estado de Educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TRÊS LAGOAS/MS - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM CONVÊNIOS - AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PRESTAÇÃO DE CONTAS HOMOLOGADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento deve ser homologada. O presente feito iniciou-se em virtude de irregularidades apontadas no ofício nº 359/2017, encaminhado pelo atual Prefeito Municipal, Sr. José Fernando Barbosa dos Santos, dando conta de que sua gestão fora notificada pela Secretaria de Estado de Educação, sobre irregularidades na prestação de contas dos Convênios nº 22.931/14, nº 24.408/15 e nº 25.632/16, firmados entre a Prefeitura Municipal de Selvíria e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da SEE, ou seja, foram apontados documentos faltantes e, ao ser notificado, o ex-gestor Jaime Soares Ferreira se manteve inerte. Ocorre que, durante as investigações, a própria Secretaria de Estado de Educação informou que todas as prestações de contas dos referidos convênios foram devidamente homologadas sem ressalvas, uma vez que todas as pendências foram solucionadas (fls. 197/224).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2015.00000368-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Rosalino Charão

Requeridos: AGESUL, Empresa TV- TÉCNICA VIÁRIA CONSTRUÇÕES LTDA. e Empresa COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da obra de reforma da Rodovia MS 292, no trecho Eldorado Amambai.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DA OBRA DE REFORMA DA RODOVIA MS 295, NO TRECHO ELDORADO-AMAMBAI - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que as empresas “TC Técnica Viária Construções Ltda.” e “Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleos Ltda.” seguiram devidamente os termos do procedimento licitatório, bem como que quando da emissão dos Termos de Recebimento Definitivo das obras, restou consignado que o contratante recebeu os serviços após constatação de que foram executados de forma satisfatória. Outrossim, verificou-se que as irregularidades posteriores ocorreram por situações diversas, as quais fugiam ao controle do objeto licitado, tais como os fenômenos de caso fortuito ou de força maior e alteração de fluxo de tráfego. A Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos AGESUL, por meio do Diretor-Presidente, prestou esclarecimentos sobre os fatos, mencionando inclusive que ante a necessidade de sanar os defeitos que começaram a aparecer nas duas rodovias, serviu-se do contrato de manutenção com a Empresa terceirizada que atendia a 11ª regional da AGESUL com sede em Amambai/MS, tendo sido promovida a recuperação destas na extensão compreendida entre Amambai e Eldorado, encontrando-se em boas condições de trafegabilidade.

Desse modo, comprovado nos autos a ausência de indício de qualquer conduta ímproba, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00000450-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar omissão do Município de Bela Vista/MS, em responder as requisições do Conselho Municipal de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BELA VISTA/MS - APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO EM RESPONDER AS REQUISIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a irregularidade inicialmente narrada não mais subsiste, uma vez que o Conselho Municipal de Saúde informou que a Secretaria Municipal de Saúde tem dado acesso aos documentos pertinentes, bem como encaminhou cópia dos relatórios de gestão dos anos de 2013 e 2014. Outrossim, não se vislumbrou a presença de má-fé e dolo na conduta narrada, que, após diligências empreendidas pelo Parquet, foram atendidas integralmente todas as requisições apontadas neste procedimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000394-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar irregularidades na Carta Convite nº 021/2010 (Processo Administrativo 047/2010).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO PRÉ-MOLDADO - NÃO COMPROVAÇÃO - CONTRATO DECLARADO REGULAR PELO TCE/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a contratação da empresa Concreaço Indústria e Comércio de Pré-Moldados Ltda., não ofendeu as normas da Lei

de Licitação, não se verificando, ainda, eventual sobrepreço ou qualquer outro indício de má-fé. Houve, ainda, a aprovação do processo licitatório pelo Tribunal de Contas do Estado, constatando a regularidade do contrato firmado. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000407-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar irregularidades na Tomada de Preços nº 006/2012 (Processo Administrativo 030/2012).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - FISCALIZAÇÃO A SER REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que após solicitação ministerial, o Tribunal de Contas do Estado realizará uma inspeção no município de Dois

Irmãos do Buriti, a fim de verificar a regularidade de todos os procedimentos licitatórios mencionados no relatório do DAEX. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000903-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Bela Vista

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresa de publicidade e propaganda pela Câmara de Vereadores de Bela Vista-MS manifestação nº 11.2015.00001283-1.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA - PROCESSO LICITATÓRIO REGULAR - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - SERVIÇOS DEVIDAMENTE REALIZADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o procedimento licitatório para a contratação da empresa “JRA Propaganda e Marketing Ltda” observou os requisitos legais, não se comprovando quaisquer irregularidades em seu trâmite. Saliente-se, ainda, que conforme documentos acostados nos autos, houve a devida prestação de serviços pela empresa, bem como, nos meses onde não foi necessário o serviço de publicidade, suspendeu-se a contratação para não gerar ônus para a Administração Pública. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002157-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Caarapó

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação da empresa Lupa Comunicações Ltda. pela Câmara Municipal de Caarapó/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE - IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE LICITAÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO - COMISSÃO TÉCNICA REALIZADA POR SORTEIO PÚBLICO COM PRAZO PARA EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REGULAR - RECOMENDAÇÃO

MINISTERIAL VISANDO RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO APÓS CRIAÇÃO DE SÍTIO ELETRÔNICO PRÓPRIO - RECOMENDAÇÃO ACATADA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que não houve a comprovação de qualquer irregularidade relacionada a contratação da empresa Lupa Comunicações, tendo em vista o trâmite regular de procedimento licitatório. No mesmo sentido, não se verificou qualquer irregularidade em relação a escolha da subcomissão técnica da licitação, visto que há um sorteio público entre os interessados, havendo prazo de dez dias para eventuais impugnações. No mesmo sentido, não se comprovou suposto interesse do Presidente da Câmara de Vereadores em favorecer determinadas empresas, visto que após sua candidatura a vereador, abandonou a profissão de jornalista. Ademais, após Recomendação ministerial houve a criação de sítio eletrônico próprio, não havendo mais a contratação de empresa particular para publicidade. Assim, constata-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

7.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001632-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001635-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001645-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

7.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002883-6

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades consistentes na má qualidade dos serviços prestados pela empresa de telefonia VIVO S/A no município de Sete Quedas/MS.

Advogado: Alessandro Puget Oliva – OAB/PA nº 11.847

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES CONSISTENTES NA MÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA DE TELEFONIA VIVO S/A NO MUNICÍPIO DE SETE QUEDAS/MS – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado tendo em vista que restou demonstrado que a empresa de telefonia Vivo S/A está prestando os serviços de acordo com as exigências da Agência Nacional de Telecomunicação Anatel. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002757-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual irregularidade na prestação do serviço público de conservação de estrada vicinal no Município de Deodápolis/MS, especificamente no trecho da 12ª Linha, que conta com ponte caída, fato que impossibilitaria o trânsito no local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADA VICINAL NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS/MS, ESPECIFICAMENTE NO TRECHO DA 12ª LINHA QUE CONTA COM PONTE CAÍDA, FATO QUE IMPOSSIBILITARIA O TRÂNSITO NO LOCAL – OBJETO ESGOTADO - IRREGULARIDADE SANADA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que a Administração Pública Municipal adotou as medidas cabíveis para a reforma da ponte em questão, estando em andamento a construção de ponte de concreto no local. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003348-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Serv Constru Construção e Serviços Ltda. e Câmara Municipal de Rio Brilhante

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública consistente, em tese, na formalização ilegal de termos aditivos ao contrato original e pagamentos indevidos pela Câmara Municipal de Rio Brilhante/MS à empresa Serv Constru Construção e Serviços Ltda. para a prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e copeiragem, os anos de 2012 a 2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA LESÃO AO ERÁRIO E ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONSISTENTE, EM TESE, NA FORMALIZAÇÃO ILEGAL DE TERMOS ADITIVOS AO CONTRATO ORIGINAL E PAGAMENTOS INDEVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE/MS À EMPRESA SERV CONSTRU CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, JARDINAGEM E COPEIRAGEM, NOS ANOS DE 2012 A 2015 - OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, uma vez que não foram constatadas irregularidades que pudessem ensejar atos de improbidade administrativa nos contratos firmados entre a Câmara Municipal de Rio Brilhante e a empresa Serv Constru Construção e Serviços Ltda. e seus aditivos. Restou demonstrado que os serviços foram devidamente prestados pela empresa contratada não havendo falar em prejuízos ao erário. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000822-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Vicentim

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da Fazenda Santa Rita.

Advogado: Andre Vicentin Ferreira – OAB/MS nº 11.146

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA FAZENDA SANTA RITA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 9/CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta TAC com o requerido. Nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000999-8 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância ao Enunciado nº 9/CSMP. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002214-2

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos relatados por meio do Ofício nº 0417/17 - GEDEC do Ministério Público do Estado de São Paulo, quanto ao contrato administrativo firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa Aceco T.I. S/A.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR OS FATOS RELATADOS POR MEIO DO OFÍCIO Nº 417/17 – GEDEC DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUANTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA ACECO TI S/A – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que não foi possível comprovar as supostas irregularidades apontadas pelos denunciante anônimos sobre a contratação efetuada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul com as empresas Aceco TI. Restou demonstrado que a contratação ocorreu em conformidade com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitação), não havendo falar no presente caso em fraude em licitação que pudesse caracterizar atos de improbidade administrativa. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001260-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fundação Estatal de Saúde do Pantanal (Hospital Regional de Coxim)

Assunto: Apurar eventuais notícias de deficiências no atendimento ofertado pelo Hospital Regional Álvaro Fontoura.

Advogado: Sebastião Paulo José Miranda – OAB/MS nº 4.265

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS NOTÍCIAS DE DEFICIÊNCIAS NO ATENDIMENTO OFERTADO PELO HOSPITAL REGIONAL ÁLVARO FONTOURA – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM RELAÇÃO AO OBJETO DO PROCEDIMENTO – NECESSIDADE DE SE INSTAURAR NOVO INQUÉRITO CIVIL, COM FUNDAMENTO NO ART. 120, INC. II, DA RESOLUÇÃO Nº 3/2012/CSMP, PARA APURAR O DESCUMPRIMENTO PELO REFERIDO HOSPITAL DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 1/2018. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que o Hospital Regional Álvaro Fontoura tem adotado as providências necessárias para solucionar as irregularidades apontadas pelos relatórios de vistorias realizadas pela Secretaria Estadual de Saúde e pela Gerência da Vigilância Sanitária, a fim de promover melhorias no atendimento à população. Ademais, ressalta-se que a Vigilância Sanitária Municipal, em cumprimento ao seu dever de fiscalização, tem realizado vistoria periódica no citado Hospital, conforme demonstram os relatórios de inspeção juntados aos autos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento, com a ressalva de que, consoante disposto no art. 120, inc. II, da Resolução nº 3/2012/CSMP, deverá ser instaurado inquérito civil, para que se apure o descumprimento pelo Hospital Regional Dr. Álvaro Fontoura Silvado do Relatório de Inspeção nº 1/2018, de 27.3.2018, expedido pela Gerência de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Coxim-MS, consoante o Termo de Inspeção nº 25370, de 22.3.2018, e Termo de Notificação nº 25506, de 22.3.2018.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento e com fundamento no art. 2º da Resolução CNMP nº 23/2017 (Inquérito Civil), do art. 6º, inc. V, da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil) e da Resolução nº 3/2012/CSMP (Regimento Interno do CSMP), determinou a instauração de inquérito civil, para que se apure o descumprimento pelo Hospital Regional Dr. Álvaro Fontoura Silvado do Relatório de Inspeção nº 1/2018, de 27.3.2018, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001557-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001566-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001573-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pela não homologação da promoção de arquivamento. Os demais Conselheiros aguardam.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000145-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por funcionária pública municipal, uma vez que a mesma teria aproveitado de suas funções de cuidadora do Lar de Idosos do Município de Santa Rita do Pardo, para se apropriar de uma cortina e uma vasilha da Instituição Pública, causando prejuízos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO, UMA VEZ QUE TERIA SE APROVEITADO DE SUAS FUNÇÕES DE CUIDADORA DO LAR DO IDOSO PARA SE APROPRIAR DE UMA CORTINA E UMA VASILHA DA INSTITUIÇÃO, CAUSANDO PREJUÍZOS – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que não foi possível comprovar a prática de atos de improbidade administrativa pela servidora em questão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001169-0

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: JPC Incorporadora e Construtora Ltda.

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade ambiental consistente na construção de valetas, em Área de Preservação Permanente pelo empreendimento investigado.

Advogado: Victor Jorge Matos – OAB/MS nº 13.066

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA INDICATIVA DE EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE VALETAS, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PELO EMPREENDIMENTO INVESTIGADO (OBJETO ORIGINÁRIO DO INQUÉRITO CIVIL 017/2013/PJDMA) – OBJETO ESGOTADO – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, tendo em vista que restou demonstrado que, na realidade, houve apenas a limpeza das valetas que já existiam no local, a qual foi precedida de Declaração Ambiental expedida pelo IMASUL para limpeza de drenos, sendo isenta de Licenciamento Ambiental Estadual, não havendo a comprovação de danos ambientais. Ademais, foi constatada a regularidade do empreendimento em questão. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do relator.

Campo Grande, 11 de setembro de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE MPMS E UFMS

Processo: PGJ/10/2643/2019

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;
- 2- **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ESMP-MS)**, representada por sua Diretora-Geral, **Jaceguara Dantas da Silva**;
- 3- **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Reitor, **Marcelo Augusto Santos Turine**.

Amparo legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

Objeto: Estimular a promoção de cursos em diferentes modalidades (extensão, aperfeiçoamento, pós-graduação lato sensu e stricto sensu), presencial ou a distância, para a capacitação de servidores da UFMS e Procuradores e Promotores de Justiça e servidores do MPMS; assessoria técnica na área de perícias nas diferentes áreas de conhecimento em que a UFMS tem competência; estudos de demandas e projetos institucionais envolvendo *data warehouse* e inteligência artificial; segurança da informação; apoio científico e tecnológico para auxiliar na tutela de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos em relação a ouvidoria dos partícipes envolvidos.

Vigência: 04.09.2019 até 04.09.2020.

Data da assinatura: 4 de setembro de 2019.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/PGJ/2018 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3875/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA**, representada por **Everson Silva Leite**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 52/PGJ/2018-SRP

Amparo legal: artigo 65, inciso II, alínea *b*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do modelo do Item 10, Lote 10 - Módulo de teclas 20 teclas para terminais 8000 series, para que passe a constar "Módulo de teclas 40 teclas para terminais 8000 series", sem ônus para o erário.

Vigência: 05.09.2019 a 07.01.2020.

Data da assinatura: 5 de setembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/PGJ/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PGJ/2018 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 1.876 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 (PÁGINAS 29 A 36), NO DOMP-MS Nº 1.928 DE 15 DE MARÇO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 34) E NO DOMP-MS Nº 1.988 DE 12 DE JUNHO DE 2019 (PÁGINAS 32 A 38) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/3783/2018

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;
- 2- **J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI**, representada por **Danielle Herradon Castro de Souza**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 47/PGJ/2018-SRP.

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais para instalações hidrossanitárias, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Caixa d'água, fabricada em polietileno, cor azul, capacidade de 1.000 litros, redonda, com tampa. Medidas aproximadas: altura com tampa: 0,94 metros, diâmetro com tampa 1,52 metros, diâmetro da base 1,21 metros admitindo-se variação de 10 cm para mais ou para menos. Marcas de referência: Tigre, Fortlev, Amanco e Bakof Tec. Marca:	Unidade	50	Não registrado
2	Luva de correr em PVC, diâmetro 25 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	150	8,67
3	Luva de correr em PVC, diâmetro 32 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	15,14
4	Luva de correr em PVC, diâmetro 40 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha, para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	21,00
5	Luva de correr em PVC, diâmetro 50 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marca de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	22,45
6	Luva de correr em PVC, diâmetro 60 mm, para tubo soldável marrom, incluso anéis de borracha para vedação, 2 por peça. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	30	28,99
7	Luva soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	150	0,48
8	Luva soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona	Unidade	100	1,25

	<p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>			
9	<p>Luva soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	2,00
10	<p>Luva soldável 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	3,30
11	<p>Luva soldável 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	30	10,80
12	<p>Joelho 90° soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	150	0,45
13	<p>Joelho 90° soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	1,88
14	<p>Joelho 90° soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	3,15
15	<p>Joelho 90° soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	3,49
16	<p>Joelho 90° soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	30	19,00
17	<p>Joelho 45° soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p>	Unidade	150	0,73

	Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.			
18	Joelho 45° soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	2,50
19	Joelho 45° soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	4,75
20	Joelho 45° soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	4,30
21	Joelho 45° soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	30	23,00
22	Tê soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	150	0,77
23	Tê soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	2,90
24	Tê soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	7,90
25	Tê soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	6,00
26	Tê soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com	Unidade	30	22,48

	<p>a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>			
27	<p>Cap soldável, 25mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	150	1,05
28	<p>Cap soldável, 32mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	1,20
29	<p>Cap soldável, 40mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	2,10
30	<p>Cap soldável, 50mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	5,90
31	<p>Cap soldável, 60mm, em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	30	9,10
32	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 25mm x 3/4" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	0,65
33	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 32mm x 1" (polegada), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	1,68
34	<p>Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 40mm x 1 1/4" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Krona.</p>	Unidade	50	2,70

	Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.			
35	Adaptador soldável curto com bolsa e rosca para registro, 50mm x 1 1/2" (polegadas), em PVC marrom, para água fria. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	3,50
36	Joelho 90° soldável (LR), 25mm x 1/2" (polegadas), em PVC, com bucha de redução em latão. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	3,70
37	Tubo soldável marrom, 25mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	11,20
38	Tubo soldável marrom, 32mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	34,60
39	Tubo soldável marrom, 40mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	46,90
40	Tubo soldável marrom, 50mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Krona. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	50	46,00
41	Tubo soldável marrom, 60mm, em PVC, para água fria, resistente a pressão de 75 m.c.a. ou superior. Barra com 3 (três) metros. Em conformidade com a ABNT 5648. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca:	Unidade	30	Não registrado
42	Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Bisnaga de 75g. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona. Marca: Amanco. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	100	4,90
43	Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Frasco de 175 g. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C. Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.	Unidade	150	14,60

	<p>Marca: Amanco.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>			
44	<p>Adesivo plástico para PVC, fabricado à base de mistura de solventes, formaldeídos, cetonas e resina de PVC. Densidade 0,880 g/cm³ a 25°C ou superior. Frasco de 850g, Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Amanco.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	100	49,38
45	<p>Lixa em folha, 225 mm x 275 mm, 100 grãos, tipo lixa d'água. Pacote de 50 folhas.</p> <p>Marca: Tatu.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Pacote	50	102,00
46	<p>Solução preparadora à base de misturas de solventes, cetonas, para limpeza e preparação de superfícies de PVC, para execução da solda a frio com adesivo plástico para PVC. Frasco de 1 litro.</p> <p>Marca:</p>	Frasco	100	Não registrado
47	<p>Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 1/2"(polegadas), suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com NBR 14534.</p> <p>Marca:</p>	Unidade	50	Não registrado
48	<p>Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 3/4" (polegadas), suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com a NBR 14534.</p> <p>Marca: Tigre.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	50	50,85
49	<p>Torneira de boia com sede anticorrosiva, em liga de cobre, diâmetro 1 1/4"(polegadas) suporta pressão de funcionamento de até 150 m.c.a. Em conformidade com a NBR 14534.</p> <p>Marca: Garden.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	30	150,00
50	<p>Fita veda rosca de 18mm, fabricada base de resina PTFE - politetrafluoretileno, não sintetizado, espessura 0,07 mm ou superior cor branca, para vedação de juntas roscáveis (PVC, CPVC ou metal), utilização em instalações de água fria e quente. Densidade: 0,30g/cm³ ou superior. Em conformidade com a ABNT NBR 13124. Rolo de 50 metros.</p> <p>Marcas de referência: Tigre, Amanco ou Krona.</p> <p>Marca: Tigre.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Rolo	150	12,85
51	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 3/4"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: Brasfort.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	25	47,30
52	<p>Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1"(polegada). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a.</p> <p>Marca: Deca.</p> <p>Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.</p>	Unidade	25	61,72

53	Registro de esfera metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1 1/4"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	15	88,28
54	Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 1 1/2"(polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a. Marca:	Unidade	15	Não registrado
55	Registro de esfera, metálico, com passagem total f/f, com alavanca, bitola de 2" (polegadas). Suporta pressão de serviço de até 75 m.c.a. Marca:	Unidade	15	Não registrado
56	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 3/4"(polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	25	32,95
57	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1"(polegada), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	25	38,80
58	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/4"(polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	15	62,00
59	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca: Deca. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI.	Unidade	15	69,50
60	Registro de gaveta, sem acabamento, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 2"(polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Compatível com acabamento marca Deca. Marca:	Unidade	15	Não registrado
61	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 3/4" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca:	Unidade	25	Não registrado
62	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1" (polegada), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar.	Unidade	25	Não registrado

	Marca:			
63	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/4" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca:	Unidade	15	Não registrado
64	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 1 1/2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca:	Unidade	15	Não registrado
65	Registro de gaveta, bruto, composto por liga de cobre, com rosca de entrada e saída BSP, bitola 2" (polegadas), suporta pressão de serviço de 140 m.c.a. Em conformidade com a NBR 15705. Marcas de referência: Deca, Docol e Fabrimar. Marca:	Unidade	15	Não registrado
66	Válvula de descarga, 1 1/2" (polegadas), com registro integrado, para fechamento e regulação da vazão. Sistema autolimpante que dispensa lubrificação. Sistema hidromecânico para abertura imediata e total da válvula, fechamento automático. Instalação: embutida na parede. Manutenção pela abertura frontal da válvula de descarga. marca Deca, seguindo os padrões já instalados nos edifícios do MP/MS. Marca:	Unidade	30	Não registrado

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de dezembro de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

DOURADOS

16ª e 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados – MS

Procedimento Preparatório Procedimento Preparatório 06.2019.00001254-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Laguna Carapã/MS; CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente Laguna Carapã/MS; SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Laguna Carapã/MS

Objetivo: Apurar a regularidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Laguna Carapã/MS.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0005/2019/17PJ/DOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal¹);

CONSIDERANDO que é dever do detentor de cargo ou função pública desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os agentes públicos/políticos devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no art. 37 da Constituição Federal², na prática de seus atos;

CONSIDERANDO que todo agente público ou político responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, mas também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíba;

CONSIDERANDO que, neste particular, foi editada a Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura, em seu art. 227³, *caput*, às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO que a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, em seu art. 6º⁴, institui entre os objetivos da gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), implementar a gestão do trabalho e a educação permanente da assistência social;

CONSIDERANDO os dados informativos colhidos no Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001254-8/17PJ/DOS;

¹ “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...) ”

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”

² “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

³ “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do **Estado** assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)”

⁴ “Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado **Sistema Único de Assistência Social** (Suas), com os seguintes objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)”

CONSIDERANDO que a criação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA representa inovação na construção das diretrizes que gerem a política de atendimento à criança e ao adolescente na atualidade;

CONSIDERANDO que a natureza dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA como Fundo Especial que é o *“produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”* (art. 71, *caput*, da Lei n. 4.320/64) e que tem como fundamento a necessidade de destinar, de modo certo e determinado, recursos financeiros para áreas de especial relevância, facilitando a captação e a aplicação desses;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA são ferramentas que detêm a capacidade de executar políticas voltadas à população infantojuvenil;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA podem ser definidos como *“aportes de recursos financeiros constituídos de receitas específicas e aplicados na aquisição de bens e na execução de serviços diretamente vinculados à política de atendimento da população infantojuvenil, com base em plano de ação elaborado pelos Conselhos de Direitos, observadas as normas da legislação própria de cada ente federativo”*⁵;

CONSIDERANDO as regras gerais atinentes à administração de recursos financeiros públicos aplicáveis às modalidades de Fundo Especial previstas no art. 165⁶ e seguintes da Constituição Federal, na Lei n. 4.320/64 e na Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 88, inciso IV⁷, 154⁸, 214⁹, 260¹⁰ e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescentes a respeito dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que, cabe à União, aos Estados e aos Municípios legislar sobre a criação e normatização dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA;

CONSIDERANDO que, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA em Laguna Carapã/MS está estampado na Lei Municipal n. 551/18;

CONSIDERANDO que, a Lei n. 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC versa sobre as parcerias que podem ser estabelecidas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e é regulamentada pelo Decreto n. 8.726/2016 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO que, a Lei n. 13.019/14 e o Decreto n. 8.726/16¹¹ determinam que a escolha das Organizações da Sociedade Civil – OSC que possam receber recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do

⁵ Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 505.

⁶ “SEÇÃO II
DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)”

⁷ Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

(...)

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;”

⁸ “Art. 154. Aplica-se às multas o disposto no art. 214.”

⁹ “Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

§ 1º As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.”

¹⁰ Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

¹¹ “Art. 8º A seleção da organização da sociedade civil para celebrar parceria deverá ser realizada pela administração pública federal por meio de chamamento público, nos termos do art. 24 da Lei nº 13.019, de 2014.

(...)

§ 2º O chamamento público para celebração de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso e de defesa de direitos difusos, entre outros, poderá ser realizado pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.”

“Art. 13. O órgão ou a entidade pública federal designará, em ato específico, os integrantes que comporão a comissão de seleção, a ser composta por pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública federal.

(...)

Adolescente não cabe exclusivamente ao Poder Executivo, mas que deve, obrigatoriamente, contar com a participação do conselho gestor o fundo;

CONSIDERANDO que metade dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Laguna Carapã/MS¹² é composta por representantes governamentais, havendo, portanto, participação direta do Poder Executivo no processo de escolha das OSC;

CONSIDERANDO que para o desenvolvimento e gestão dos fundos é necessária a elaboração de Planos de Ação e de Aplicação de recursos;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação¹³ objetiva consolidar as deliberações dos conselhos de direitos, demonstrando, de maneira estruturada, as atividades que devem ser realizadas com os recursos do fundo durante período determinado e que o Plano de Aplicação é um instrumento tático através do qual se viabiliza a execução do Plano de Ação, organizando como serão distribuídos os recursos dentre as atividades eleitas como prioritárias¹⁴;

CONSIDERANDO que “a elaboração dos planos de ação e de execução, assim como o exercício de qualquer atividade deliberativa pelo Conselho dos Direitos, deve ser precedida de diagnóstico da situação da população infanto-juvenil, a fim de evitar a aplicação errônea de recursos. Também deverá contar com o mínimo de planejamento e de organização, a fim de que nestes estejam previstas ações efetivamente exequíveis, considerando as limitações financeiras de qualquer administrador público.”¹⁵;

CONSIDERANDO as etapas de gestão e parcerias estabelecidas pelo MROSC envolvem: i) planejamento do chamamento público; ii) seleção de organizações da sociedade civil (OSC) por meio de chamamento público; iii) celebração de parcerias; iv) monitoramento e avaliações das parcerias; e v) prestação de contas;

CONSIDERANDO que o planejamento do chamamento público deve incluir: i) realização de diagnóstico local para definição de necessidades e prioridades; ii) definição da modalidade de parceria e elaboração do plano de trabalho; iii) definição do valor de referência para a execução de ações; iv) especialização da programação orçamentária que viabilizará a parceria;

CONSIDERANDO que os diagnósticos locais têm o condão de identificar e apontar os problemas que atingem crianças e adolescentes (ameaças e violações de direitos), angariar informações sobre as situações dos serviços, programas e projetos de atendimento e justificar perante a Administração Pública Municipal a necessidade de abertura dos chamamentos públicos para formação de parcerias que viabilizem a realização de ações primárias;

CONSIDERANDO que “a elaboração dos planos de ação e de execução, assim como o exercício de qualquer atividade deliberativa pelo Conselho dos Direitos, deve ser precedida de diagnóstico da situação da população infanto-juvenil, a fim de evitar a aplicação errônea de recursos. Também deverá contar com o mínimo de planejamento e de organização, a fim de que nestes estejam previstas ações efetivamente exequíveis, considerando as limitações financeiras de qualquer administrador público.”¹⁶;

§ 3º A seleção de parceria executada com recursos de fundo específico poderá ser realizada por comissão de seleção a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.”

“Art. 49. A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

(...)

§ 5º **O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos de fundo específico poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor**, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014, e deste Decreto.”

¹² “Lei Municipal n. 551/18. Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente será constituído por 06 (seis) membros, indicados paritariamente, pelas instituições públicas governamentais e não governamentais.”

¹³ O Plano de Ação deve ser baseado nos diagnósticos locais que definem as ações prioritárias, seus respectivos custos e previsões de datas em que serão executadas para que, assim, quando do Plano de Aplicação ao menos parte desses custos previstos sejam cobertos com os recursos que ingressarem no FMDCA.

¹⁴ Nas lições de Wilson Donizete Liberati e Públio Caio Bessa Cyrino “o Plano de Aplicação nada mais é que a distribuição dos recursos para as áreas prioritárias em relação aos objetivos políticos fixados pelo Conselho. É o ‘orçamento’ do Fundo, o qual integra o orçamento geral da entidade a que esteja vinculado. [...] O Plano de Ação é o documento que faz constar a definição de objetivos e metas, com a especificação das prioridades, que atendam a uma necessidade ou propósito de quem decide. Em termos comparativos, o Plano de Ação é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e o Plano de aplicação é a Lei Orçamentária.” (CYRINO, Públio Caio Bessa; LIBERATI, Wilson Donizeti. Conselhos e Fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente, p. 225/226 apud Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. Coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 505.

¹⁵ Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 566.

¹⁶ Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 566.

CONSIDERANDO que todas as modalidades de parceria (colaboração¹⁷, fomento e cooperação) previstas no MROSC pressupõe a elaboração prévia de um Plano de Trabalho que descreva e justifique a ação proposta, o objetivo a ser buscado, qual o território alcançado e quais suas características, perfil e volume do público alvo, o tipo de serviço a ser executado e o resultado pretendido;

CONSIDERANDO que o art. 30, incisos I, II, III e VI, e o art. 31, incisos I e II, ambos do MROSC preveem situações nas quais o chamamento público poderá ser dispensado e é inexigível, cuja ausência deverá ser justificada pelo administrador público (art. 32, incisos I e II, do MROSC);

CONSIDERANDO que, o edital de chamamento deve especificar a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria (art. 24, §1º, inciso I, do MROSC), a qual deverá conter a descrição da ação prevista e dos recursos necessários para sua execução;

CONSIDERANDO que a Lei n. 4.320/64 prevê em seu art. 2º, *caput*, que “a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.” e que “programa de trabalho” ali mencionado em muito se aproxima ao conceito de “plano de trabalho” previsto no MROSC;

CONSIDERANDO que os demonstrativos de despesas orçamentárias devem ser anexados ao texto da lei orçamentária, em destaque, à Lei Orçamentária Anual – LOA;

CONSIDERANDO que o FMDCA não se destina ao atendimento de políticas básicas ou de assistência, mas sim de programas de proteção especial e socioeducativos delineados no art. 90 do ECA;

CONSIDERANDO que o art. 16, *caput*, da Resolução CONANDA nº 137/2010, de 21 de janeiro de 2010, estabelece que “*deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.*”;

CONSIDERANDO que nos termos do art. 75, *caput*, da Lei Municipal n. 551/18 “os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinam-se, exclusivamente, a apoiar financeiramente os programas, projetos e atividades que tenham como objetivo assegurar direitos, garantindo a proteção integral à infância e a adolescência, conforme deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observado os princípios desta Lei.”;

CONSIDERANDO que a atividade pública deve ser desenvolvida com técnica e zelo singular, com dever de eficiência e desempenho adequados, posto que a remuneração do serviço público é paga com verbas de origem pública e indisponível;

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que é regular a execução, mesmo que velada, no FMDCA pelo executivo municipal, restando ao CMDCA a mera deliberação acerca daquilo que já fora decidido;

CONSIDERANDO que não pode o FMDCA tornar-se um mero fim em si mesmo, um verdadeiro zero à esquerda para a finalidade precípua de financiamento de projetos afetos à proteção da infância e juventude, passando a cobrir despesas de assistência ligadas apenas genericamente à infância;

¹⁷ “Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.”

“Art. 22. Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de colaboração ou de fomento: (...)”.

“Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública: (...)”

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos desta Lei;”

CONSIDERANDO que o uso do valor depositado no FMDCA para compra, distribuição de brinquedos, realização de evento comemorativo em razão do “Dia das Crianças” e congêneres (natal, páscoa, etc), significa desvirtuar os propósitos do fundo;

CONSIDERANDO os saberes de Murillo José Digiácomo¹⁸, Promotor de Justiça do MPPR, a respeito de que *“Os recursos do Fundo Especial para a infância e adolescência não podem ser também utilizado para custear as políticas básicas a cargo do Poder Público (Saúde, educação, habitação, etc) devendo ser destinados, exclusivamente à implementação e eventual manutenção de programas específicos de atendimento (diga-se, programas de prevenção e proteção especial, socioeducativos de orientação/apoio/promoção familiar), voltados a crianças, adolescentes e, também, às suas famílias (dando-se prioridade ao atendimento da criança ou adolescente no seio de sua família), ex vi do disposto no arts. 90 incisos I a VII, 112, incisos III a VI e 129, incisos I a IV, todos da Lei nº 8.069/90.”*;

CONSIDERANDO o dever do MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÁ/MS e do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA CARAPÁ/MS em não destinares os recursos do FMDCA para despesas de assistência ligadas apenas genericamente à infância e à adolescência;

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA CARAPÁ/MS no que diz respeito a destinação dos valores pertencentes ao FMDCA das quais extrai-se empenhos referentes a prestação de serviços de entretenimento infantil, localização de brinquedos, aquisição de ovos de páscoa, balas, bolachas, pirulito, pipoca sob as escusas de *“atender as necessidades do fundo municipal da criança e do adolescente”* e de *“fortalecimento de vínculos sociais e comunitários”* (pp. 14/25);

CONSIDERANDO que os eventos realizados com uso do dinheiro pertencente ao FMDCA são diretamente atrelados à administração executiva municipal, incluindo divulgação com imagem do prefeito municipal (pp. 31/36);

CONSIDERANDO que a gestão do FMDCA pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAGUNA CARAPÁ/MS está sendo realizada de maneira equivocada, em desconformidade às normativas legais e administrativas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a hipótese de procedimento de apuração de irregularidades governamentais e não-governamentais mediante representação do Ministério Público, que pode ensejar no afastamento do dirigente da entidade, determinação judicial para remoção das irregularidades verificar, além da aplicação de multa e de advertência, sem prejuízo das sanções criminais, cíveis e administrativas (art. 191 e seguintes do ECA);

CONSIDERANDO a jurisprudência pátria:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Irregularidades na gestão do fundo municipal da criança e do adolescente (fia). Verba oriunda de doação utilizada para auxiliar acolhimento institucional e viabilizar ações protetivas a infantes em situação de vulnerabilidade. Possibilidade. Uso devido dos recursos do fundo. Destinação, toda via, de verba para manutenção de programas educacionais e fomento do sistema de saúde público infantil. Irregularidade demonstrada. Vedação estabelecida pelo art. 16 da resolução n. 137/2010 do conanda. Violação à natureza jurídica dos fundos especiais (art. 71 da Lei n. 4320/1964), que têm finalidade definida. Ressarcimento ao fia dos valores irregularmente despendidos que se impõe. Condenação na origem, ademais, de prestação semestral de contas ao ministério público quanto à gestão do fundo. Inviabilidade. Medida desproporcional, considerado ter o município traçado plano de aplicação da verba. Mencionada resolução, no mais, que põe a cargo de poder executivo e dos conselhos de direitos a fiscalização direta das contas do fundo. Pleito de afastamento da obrigação acolhido. Recurso provido tão somente no ponto.” (TJSC; Apl-RN 0900096-44.2015.8.24.0026; Guarimir; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ricardo Roesler; DJSC 21/06/2019; Pag. 399)

¹⁸ “O Fundo Especial para a Infância e Adolescência FIA e o orçamento público” Disponível em <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=313>> acesso em agosto de 2019.

“APELAÇÃO CÍVEL. ECA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IRREGULARIDADE NO REPASSE DE DINHEIRO PÚBLICO DERIVADO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. AFRONTA AOS ART. 15 E ART. 16, AMBOS DA RESOLUÇÃO Nº 137/2010 DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CONANDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. Caso concreto em que os valores repassados por força de convênios às entidades de direito privado destinadas ao atendimento de crianças foram utilizados de forma irregular, na medida em que deveriam ter sido destinados para custear o objeto apresentado nos projetos propostos e aprovados, mas, em verdade, foram utilizados para custear outras despesas, inclusive de funcionamento das próprias entidades, desvirtuando completamente o objeto dos respectivos projetos. Sendo assim, em se tratando de gastos considerados ilegais, de rigor a devolução dos valores ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por violação aos art. 15 e art. 16, ambos da Resolução nº 137/2010. Precedentes jurisprudenciais. NEGARAM PROVIMENTO.” (TJRS; AC 71253-14.2018.8.21.7000; Rio Grande; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Rui Portanova; Julg. 28/02/2019; DJERS 12/03/2019)

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. IRREGULARIDADE NO REPASSE DE VALORES. CONVÊNIOS COM ENTIDADE DE ENSINO, NÃO-GOVERNAMENTAL, DESTINADA AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS. VIOLAÇÃO AOS COMANDOS DA RESOLUÇÃO Nº 137/2010 DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Caso dos autos em que foi firmado convênio com entidade não-governamental que também atende população adulta, para fins não elencados no artigo 15 da resolução do conanda, ainda que os repasses tenham sido anuídos pelo conselho municipal da criança e do adolescente, que operou de forma irregular. Finalidade dos repasses desvirtuados, ensejando a devolução dos valores ao fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente. Sentença de primeira instância integralmente mantida. Negado provimento à apelação.” (TJRS; AC 0107097-25.2018.8.21.7000; Rio Grande; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. José Antônio Daltoé Cezar; Julg. 01/11/2018; DJERS 12/11/2018)

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, bem como do patrimônio público e social, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais, RECOMENDAR ao PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPÃ/MS, à SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LAGUNA CARAPÃ/MS e ao Conselho Municipal DOS DIREITOS da Criança e do Adolescente – CMDCA de LAGUNA CARAPÃ/MS, que:

- se abstenham, sob pena de incidir, em tese, em ato de improbidade administrativa, de destinar os recursos do FMDCA para despesas ligadas apenas genericamente à infância e à adolescência, como a distribuição de brindes e a realização de festejos em datas comemorativas;
- destinem os valores do FMDCA, exclusivamente à implementação e eventual manutenção de programas específicos de atendimento (programas de prevenção e proteção especial, socioeducativos de orientação/apoio/promoção familiar), voltados às crianças, aos adolescentes e, também, às suas famílias;
- incentivem a realização de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, mediante procedimento específico de chamamento público, visando a democratização da distribuição dos recursos do FMDCA para entidades não-governamentais que trabalhem com crianças e adolescentes e estejam devidamente cadastradas no CMDCA, tudo dentro das normativas legais.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se aqueles a quem é destinada acolherão, ou não, a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não perfazendo as providências elencadas, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo do Município de Laguna Carapã/MS, ao Juiz de Direito da Vara da Infância e da Adolescência de Dourados/MS, para ciência e eventuais providências cabíveis, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 10 de setembro de 2019.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL
17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

RICARDO ROTUNNO
16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0018/2019/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Tac, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailer, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Tac: 09.2019.00003116-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cooperativa Agroindustrial Lar

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de termo de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público e a Cooperativa Agroindustrial LAR nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00003391-7.

Amambai (MS), 10 de setembro de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0002/2019/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00000424-8, mediante conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000424-8 que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000424-8

Requerente: Nivaldo da Silva Souza

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar possível ocorrência de erosão na propriedade do reclamante, causada em razão da falta de infraestrutura para a destinação das águas pluviais da zona urbana do município de Novo Horizonte do Sul.

Ivinhema/MS, 11 de setembro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001334-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar eventual irregularidade ou restrição da concorrência no Pregão Presencial nº 153/2019 realizado pelo Município de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 10 de setembro de 2019.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 003/2019

A Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001341-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar ausência de calçadas na rua Batista Bezerra e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana no Município de Paranaíba.

Paranaíba, 10 de setembro de 2019.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça

RIO BRILHANTE

EDITAL Nº 008/2019/2PJR**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 007/2019, referente aos documentos da Promotoria de Justiça Rio Brilhante/MS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS até o dia 16 de setembro de 2019.

Rio Brilhante/MS, 10 de setembro de 2019.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 008/2019

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brillhante		PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brillhante	
Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS		Órgão / Setor: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.033- Termos de homologação de rescisão de contrato de trabalho de 1980 a 2008	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1980	2008
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.047- Relatórios de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações- Relatórios de inspeção de Carne 1990 a 2005	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1990	2005
Classe/Subclasse– Classe/Subclasse 200.070- Autos de acompanhamento – 2008 a 2017	Conforme disposto na Resolução 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Rio Brillhante: 10 de setembro de 2019 Valter Ribeiro dos S. Jr Wille Técnico II			

SIDROLÂNDIA

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil n.º 06.2018.00002027-7

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS com atuação na tutela do Meio Ambiente.

COMPROMISSÁRIOS: Município de Sidrolândia/MS, Otávio Guerra e Norci Forte Guerra

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL:

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil n.º 06.2018.00002027-7, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Sidrolândia/MS, cujo objeto visa: "Apurar possível dano ambiental causado em área de APP (Área de Preservação Permanente), próximo a Aldeia Nova Tereré, no município de Sidrolândia/MS".

DAS OBRIGAÇÕES:

CLÁUSULA 3ª: Ao SEGUNDO COMPROMISSÁRIO caberá permitir a entrada de todo pessoal e equipamento necessário em sua propriedade para que o PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO execute o Projeto de Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada – PRADA – apresentado nos autos, viabilizando a recuperação da área objeto de dano ambiental.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Contém na obrigação estabelecida no caput o dever, por parte do SEGUNDO COMPROMISSÁRIO, em não permitir a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas no interior do perímetro de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Áreas de Uso Restrito, configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O SEGUNDO COMPROMISSÁRIO compromete-se em não roçar as áreas previstas neste TAC, salvo nos casos de roçadas localizadas para o desenvolvimento das mudas plantadas e visando a recuperação, bem como não efetuar o plantio de espécies agrícolas e, ainda, a permitir a entrada e permanência dos agentes do COMPROMITENTE necessários a fiel fiscalização do presente.

CLÁUSULA 4ª: O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO, independente do cumprimento das exigências do Órgão Ambiental Competente, adotará as seguintes providências em relação a recuperação das Área de Preservação Permanente e da Área na qual ocorreu a extração de cascalho perante o Poder Público Competente da seguinte forma estabelecida no PRADA de fls. 1.193/1.249 com a seguinte metodologia: a) Isolamento da Área; b) Recuperação da Vegetação; e c) Monitoramento;

CLÁUSULA 5ª: O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO se obriga, em relação a Área de Preservação Permanente e a Área de Extração de Cascalho, tanto em relação a Aldeia Nova Tereré e Chácara Nossa Senhora da Salete (PRADA de fls. 1.193/1.249):

A) promover, com previsão de término para 30 de novembro de 2019, o isolamento de toda a área antropizada através de cercamento, devendo comprovar até 30.01.2020 e com a juntada de Relatório Escrito e Fotográfico atestando tal fato e acompanhado da respectiva ART, assinado por profissional técnico qualificado em conjunto com o COMPROMISSÁRIO, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro Órgão, sendo que em caso de serem constatados como inverídicos o conteúdo do Relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao Órgão de Classe respectivo;

B) promover, com previsão de término para 31 de dezembro de 2019, a aquisição das mudas e o seu correspondente plantio, devendo comprovar até 30.01.2020 e com a juntada de Relatório Escrito e Fotográfico atestando tal fato e acompanhado da respectiva ART, assinado por profissional técnico qualificado em conjunto com o COMPROMISSÁRIO, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro Órgão, sendo que em caso de serem constatados como inverídicos o conteúdo do Relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao Órgão de Classe respectivo;

C) promover, no primeiro semestre do ano de 2019 e no primeiro e segundo semestre do ano de 2020 o replantio das mudas no caso da mortandade ser superior a 5% (cinco por cento), devendo comprovar até o dia 10 de janeiro do ano de 2021 o cumprimento desta Cláusula com a juntada de Relatório Escrito e Fotográfico atestando tal fato e acompanhado da respectiva ART, assinado por profissional técnico qualificado em conjunto com o COMPROMISSÁRIO, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro Órgão, sendo que em caso de serem constatados como inverídicos o conteúdo do Relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao Órgão de Classe respectivo;

D) confeccionar, até 31 de dezembro de 2022, Relatório Final de acompanhamento, devendo comprovar até o dia 10 de janeiro de 2023 o cumprimento desta Cláusula devendo comprovar no mesmo prazo e com a juntada de Relatório Escrito e Fotográfico atestando tal fato e acompanhado da respectiva ART, assinado por profissional técnico qualificado em conjunto com o COMPROMISSÁRIO, podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro Órgão, sendo que em caso de serem constatados como inverídicos o conteúdo do Relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao Órgão de Classe respectivo;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas no interior do perímetro de Reserva Legal, Área de Preservação Permanente e Áreas de Uso Restrito, configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula, salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento das mudas plantadas e visando a recuperação, bem como não efetuar o plantio de espécies agrícolas e, ainda, a permitir a entrada e permanência dos agentes do COMPROMITENTE necessários a fiel fiscalização do presente. (...)

A íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta firmado poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimento.mpmc.mp.br/consulta/saj/processo>" ou mediante solicitação escrita na sede da Promotoria de Justiça.

Sidrolândia/MS, 09 de setembro de 2019.

JANELI BASSO
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

IC nº 09.2018.00004161-7

Requerente: MPE

Requerido:

RECOMENDAÇÃO Nº 0010/2019/PJ/AID

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS, apresentado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹⁹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”²⁰;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”²¹, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e do art. 15, *caput*, da Lei Orgânica do Município de Anaurilândia, a Administração Pública deve se pautar pelos princípios da impessoalidade, da moralidade, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, em relação aos recursos oriundos do Instrumento Particular de Composição Extrajudicial, firmado pelo Ministério Público, Estado de Mato Grosso do Sul, CESP -Companhia Energética de São Paulo, e Município de Anaurilândia, constou expressamente na Cláusula Décima Terceira, Parágrafo Único, que o recurso oriundo *somente poderia ser utilizado mediante a formulação de procedimento próprio e critério estabelecido, em comum acordo, pelas Promotorias de Justiça e o Município pactuante, o que foi homologado judicialmente*;

CONSIDERANDO que, quanto ao Município de Anaurilândia, foi estabelecido como norte do procedimento e critério, para o uso do recurso, o Termo de Ajustamento de Conduta que disponibilizou 20% dos recursos imediatamente hauridos na utilização do Gestor Municipal, devendo ter sido dirimido 20% na aquisição de equipamentos e maquinários; 20% para a educação; 10% na assistência social, e os demais repartidos nas demais secretarias remanescentes, conforme cláusula oitava, parágrafo único;

CONSIDERANDO que, a fim de evitar gastos desnecessários e segregados do interesse coletivo, bem como em razão de *o recurso oriundo da tratativa principal ser oriundo também por meio da atuação ministerial e não isoladamente*

¹⁹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

²⁰ MAZZILLI, Hugo Nigro. *Introdução ao Ministério Público*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

²¹ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. *Ministério Público em ação*. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

do Município, foi estabelecido o TAC supramencionado, cuja cláusula segunda é de clareza solar ao estatuir pertencer à reserva 80% do numerário haurido, bem como, na mesma proporção, eventuais bens imóveis que viessem a ser alienados;

CONSIDERANDO que a Fazenda Aruanda passada pela CESP no acordo supramencionado se encontra em fase de venda de suas áreas, sendo imperiosa a observância do TAC em relação ao recurso dela oriundo;

CONSIDERANDO, ademais, que o TAC pactuado, na cláusula quinta, parágrafo segundo, estatui que eventual utilização do recurso pertencente à reserva de longa permanência deve ser feita em comum acordo com o órgão ministerial e sempre previamente à utilização do recurso, independentemente da circunstância, sob pena de o presentante legal do compromissário responder, pessoal e solidariamente, com o compromissário, na proporção do valor utilizado, sem prejuízo das demais sanções previstas no TAC;

CONSIDERANDO que foi designada uma comissão para a realização do acompanhamento do recurso oriundo da tratativa principal a que alude este documento, bem como ser atribuição da Procuradoria Municipal, Controladoria Interna e Assessoria Jurídica prestarem orientações jurídicas ao Gestor Municipal a respeito dos documentos que vigem e que regulam tal reserva e sua disponibilidade para gasto, bem como esclarecerem a responsabilidade daquele;

RECOMENDA ao Exmº Srº Prefeito Municipal de Anaurilândia/MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para que:

- Abstenha imediatamente de utilizar ou comprometer o recurso, oriundo do pacto celebrado com a CESP e o Município de Anaurilândia e o MPE, que exceda a sua cota-parte, devidamente estabelecida na forma do TAC, bem como observando a proporção e as vedações contidas;
- Caso tenham sido feitos projetos ou pactuações excedendo o valor da cota-parte, na forma da cláusula Oitava, Parágrafo único, *salvo outra composição formal e prévia entre este órgão de execução e o Município de Anaurilândia*, que seja destinada a arrecadação ordinária para o cumprimento das despesas, mantendo a reserva intacta, sob pena de execução das sanções do TAC, sem prejuízo do ajuizamento de ação de improbidade a fim de apurar a conduta do Gestor Municipal e de obrigação de não fazer;
- Em relação aos valores oriundos da alienação da Fazenda Aruanda, observando o que dispõe a cláusula segunda do TAC, que seja feito o devido rateio proporcional, depositando o valor na conta da reserva.

RECOMENDA, por derradeiro, à Procuradoria-Municipal; Controladoria-Interna a Comissão de Acompanhamento do Recurso da CESP, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), para, em até 10 (dez) dias úteis, orientem, por escrito, o Gestor Municipal a respeito das consequências e das regras vigentes a respeito do Instrumento Particular celebrado entre MPE, CESP e Município de Anaurilândia, sobretudo as consequências oriundas do descumprimento.

Ao apoio para providenciar a publicação no DOMP, remessa aos destinatários e, após, conclusão.

Anaurilândia/MS, 10 de setembro de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0015/2019/PJ/BND

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001000-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado do Mato Grosso do Sul

Assunto: apurar a negativa matrícula e acesso à educação para alunos que necessitam cursar as etapas do Ensino Fundamental e Médio, período noturno, no Ensino de Jovens e Adultos-EJA, na escola estadual ERNENSTO SOLON BORGES, em Bandeirantes/MS.

Bandeirantes/MS, 10 de setembro de 2019.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

NIOAQUE

EDITAL Nº 06.2019.00001338-0

A Promotoria De Justiça Da Comarca De Nioaque/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001338-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Nolasco Basso

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,74 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado Fazenda Mercedes, de propriedade de Eduardo Nolasco Basso.

Nioaque, 11 de setembro de 2019.

MARIANA SLEIMAN

Promotora de Justiça